SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Sexta - feira, 21 de maio de 2010 - Boletim 09 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Servidores reagem ao assédio e fortalecem mobilização

Servidores devem denunciar o assédio feito pela chefia

Com a greve cada vez mais forte, está aumentando a pressão da chefia sobre os servidores. Seja através de portarias, de ameaças verbais, de chantagem com relação as FCs. Estão chegando diariamente diversas denúncias ao Sindicato, aos diretores e aos membros do comando de greve de chefes que ficam fazendo ameaças para que retornem ao trabalho. Segundo informações, existe assédio no TRE e TRF, mas já começa também pressão no TRT-2.

O Sintrajud vem há anos lutando contra esse tipo de prática, que surge com mais força em período de greve. "O direito de greve é constitucional e pedimos ao servidor que se sentir ameaçado que procure o Sindicato, que iremos encaminhar as providências que o caso exige. Vamos também começar a publicar o nome desses assediadores, pois consideramos lastimável que chefes, que já se beneficiaram tanto com as nossas vitórias em PCSs anteriores, sejam capazes de cumprir esse papel contra os servidores", ressaltou a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo.

O Sindicato orienta os servidores que sofrerem assédio que busquem formas de comprovar o que ocorreu. Falem aos colegas, procurem fazer algum registro e, principalmente, procurem o Sindicato.

Wladimir Aguiar



Servidores do TRE mobilizados contra o assédio

Mesmo com publicação de portaria, aumenta a adesão na Barra Funda

Aumenta adesão na JT/Barra Funda, mesmo após publicação da portaria GP/CR nº 10/2010, que "regulamenta" a participação de servidores na greve. Em assembleia realizada nesta quinta-feira, a categoria decidiu que vai permanecer em greve e buscar ampliar ainda mais o movimento.

Eles comemoram o fechamento de mais um balcão, totalizando agora 83 balcões fechados, dos 90 do fórum trabalhista Ruy Barbosa.

Para a diretora do Sintrajud Leica Silva, a repercussão da portaria foi tranqüila: "Não houve nenhum refluxo, pelo contrário, mais um balcão fechou hoje". Segundo ela, o conteúdo da portaria saiu conforme havia sido informado na reunião de terça-feira com a comissão de juízes, com exceção dos adendos para funções comissionadas e estágio probatório. Sobre essa questão, o STF publicou decisão que garante o direto de greve para o servidor em estágio probatório (ver box).

A diretora do Sintrajud Inês Castro também acha que a portaria não afetou o movimento. Ela ressalta que o comando de greve se encontra a disposição de todos os servidores e que nenhum servidor deve voltar ao trabalho "Ele deve procurar o comando de greve para que tomemos as devidas providências. Pois a greve é coletiva e todas as decisões devem ser tomadas conjuntamente", disse.

STF decide que direito de greve abrange servidores em estágio probatório

Em fevereiro deste ano, o STF julgou procedente uma ação movida pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis para declarar a inconstitucionalidade o decreto 1.807/04 do governo de Alagoas, que determinava a exoneração imediata do servidor público em estágio probatório, caso ficasse comprovada sua participação na greve. De acordo com a decisão, "o entendimento firmado pela Corte em vários mandados de injunção, mediante o qual se viabilizou o exercício do direito de greve dos servidores públicos, por aplicação analógica da Lei 7.783/89 (direito de greve), e concluiu-se não haver base na Constituição Federal para fazer distinção entre servidores públicos estáveis e não estáveis, sob pena de afronta, sobretudo, ao princípio da isonomia".

Servidores aprovam parar TRE no dia 26/05

Reunidos com desembargadores, servidores reafirmam que a greve é pelo PCS e em defesa do serviço público

A próxima quarta-feira 26 de maio será o dia D dos servidores do TRE. Reunidos na vigília/assembleia no hall na tarde de quinta-feira, 20, eles decidiram que vão paralisar todo o tribunal demonstrando para a administração que o direito de greve é constitucional, e deve ser respeitado.

Na terça-feira, dia 25, será realizada uma assembleia para demonstrar aos desembargadores que compõem o Pleno do TRE a disposição de luta por parte da categoria. Neste dia, o Pleno julgará o recurso administrativo ingressado pelo Sintrajud contra a decisão do presidente, desembargador Walter Almeida Guilherme.

Na manifestação desta quinta, além da paralisação de mais de cem servidores no hall do prédio, representantes da categoria se reuniram com quatro desembargadores do Pleno (Gaudino Toledo, Clarissa Campos, Paulo Henrique Lucon e Silvia Rocha Gouveia) para expor os motivos da greve.

A diretora do Sintrajud Maria Cecília ressaltou que a paralisação acontece pela demora na aprovação do PCS e pela ameaça de congelamento salarial. Ela argumentou ainda que a data-base da categoria é desrespeitada há anos e que os reajustes salariais dos servidores só foram conquistados por meio de projetos de leis.

Falando sobre o impacto da repressão sobre os servidores, Marcelo Luiz Durães, o Chê, disse que o risco do desconto existe, mas que é preciso enfrentar e lutar: "Quem quer ganhar o PCS e evitar o congelamento vai ter que entrar na greve e correr o risco do desconto, assim como todos estamos fazendo", ressaltou.

Visita do presidente do TSE

Na assembleia, os servidores elegeram uma comissão que tentará conversar com o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, que estará em São Paulo nesta sexta-feira, dia 21, em um evento com o Instituto dos Advogados de São Paulo. "Espero que ele pelo menos nos ouça e se sensibilize, porque há o risco de 10 anos de congelamento e mesmo que ele (o PLP 549) não passe, a gente ainda não conseguiu nada, só vai conquistar com a aprovação do PCS", disse Marcelo.

Governo pagará "3 PCSs" a mais a bancos por conta do aumento de 0,75% nos juros

Aumento na taxa básica de juros levará a União a um gasto adicional com banqueiros equivalente a duas ou três revisões do PCS

O recente aumento de 0,75% na taxa Selic levará a União a um gasto extra com juros das dívidas públicas de pelo menos mais R$ 14 bilhões ao ano, valor suficiente para pagar de dois a três 'PCS's' dos servidores do Judiciário Federal, a depender dos parâmetros usados. A projeção é do economista do Sintrajud Washington Lima.

A taxa Selic, majorada pelo Banco Central para 9,5% na reunião do Comitê de Política Monetária de abril, é usada como parâmetro para remuneração dos títulos das dívidas públicas brasileiras. Esse montante refere-se apenas aos juros decorrentes dos 0,75% de aumento na taxa, já que a despesa total com os 9,5% fica na casa dos R$ 185 bilhões.

"Questão orçamentária é balela"

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e outros membros do governo Lula vêm atacando o projeto de revisão do PCS acusando-o de ser muito caro e não haver recursos para aplicá-lo. Mas o rombo nas contas públicas decorrente apenas da elevação da taxa básica de juros em 0,75% contrasta com esse discurso e corrobora com a análise de sindicalistas: a questão não é orçamentária, mas envolve prioridades políticas. "O argumento do governo, de que não há orçamento para conceder reajustes à categoria, é balela", afirma o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antônio Melquíades, o Melqui.

Ele relata ainda que a direção geral do STF teria em mãos um estudo que contesta o impacto do projeto divulgado pelo Planejamento, na casa dos R$ 7 bilhões. Segundo conversa que teve com o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira, "os gastos necessários para a implementação do novo plano não batem com os valores divulgados pelo governo na grande imprensa". O impacto de R$ 7 bilhões, segundo esse raciocínio, estaria superestimado. Nas contas dos Recursos Humanos do STF, o total não chegaria a R$ 5 bilhões, valor quase três vezes inferior às despesas extras com os banqueiros só por conta do aumento da taxa Selic. Veja matéria completa no site do Sintrajud.

Veja como a desculpa da falta de orçamento não condiz com a realidade

